



***Fabiano Viana Oliveira***

**PUBLICITÁRIO E PROFESSOR.**

Mestre em Sociologia, Especialista em Filosofia Contemporânea.

ISBN 978-85-914103-0-9



9 788591 410309

Trata-se de uma obra instigante, lapidada cuidadosamente ao longo de anos de investigação, e que procura cotejar, nas interfaces entre a tradição filosófica ocidental mais geral, a Epistemologia, e as Ciências Sociais, a urdidura sutil entre conhecimento e verdade, especialmente na arena científica.

Um trabalho que, sem as amarras de interesses corporativos ou comerciais, pode explorar o que o autor chama de "ignorância coletiva" sem fazer concessões a uma unanimidade rasa, condescendente à penúria intelectual emblemática de certo produtivismo acadêmico que vem se tornando um fim em si mesmo. Uma letra robusta, elegante, verdadeira e rigorosa. Uma leitura que aproxima o cotidiano à filosofia, a ciência ao mundo vivido. Um convite ao debate e um chamamento à reflexão crítica.

**Roque Pinto, Dr.**



*Fabiano Viana Oliveira*

**PUBLICITARIO E PROFESSOR.**

Mestre em Sociologia, Especialista em Filosofia Contemporânea.

**1<sup>a</sup> EDIÇÃO**

F004

OLIVEIRA, Fabiano

EM BUSCA DA VERDADE: EPISTEMOLOGIA,  
IGNORÂNCIA E ATEÍSMO. Salvador: Editor  
pessoa física, 2014.

50p.

ISBN 978-85-914103-1-6

1.Verdade. 2.Filosofia. 3.Epistemologia.

# SUMÁRIO

- PARTE I** *Buscar a Verdade ou Produzir Conhecimento*
- PARTE II** *Ignorância Coletiva*
- PARTE III** *Em Defesa do Ateísmo*
- PARTE FINAL** *Uma Confissão de Humildade*



28/06/2012

A descoberta filosófica não é fruto de um insight, nem tão pouco a descoberta científica. Há um árduo esforço de reflexão, de argumentação; há experimentos empíricos ou mentais e tudo isso para produzir um mínimo de conclusões lógicas. Há muitas pequenas contribuições na história da ciência e todas elas somadas (mesmo que discordantes) é que dão a impressão histórica de que há um progresso... Mas isso é uma ilusão, é claro. E se é ilusório na ciência, muito mais na filosofia.

Quando se começa a estudar filosofia tem-se a impressão que houve um acúmulo dialético de descobertas. Essa visão historiográfica e progressista deve ser fruto com certeza da herança marxista e positivista na formação da mente do estudante. No caso da filosofia, talvez, uma influência também forte da própria obra de Aristóteles.

Aristóteles foi o filósofo que inventou o formato de pensamento científico que se tem predominante hoje: a tese. O argumento deve ser introduzido com afirmações questionadoras que promovam uma discussão. É claro que não é um debate legítimo, pois os interlocutores do debate são uma e a mesma pessoa. Mas a discussão em modelo permanece e aí começa a argumentação ou o desenvolvimento da tese. Os argumentos e posições diversos sobre o tema são colocados em confronto, e às vezes em concordância, para no final produzir-se uma conclusão, a verdadeira contribuição inovadora do autor da tese.

Nada de novo até aqui, é claro, a não ser que o leitor seja completamente leigo na filosofia, ciência e epistemologia. Apenas para resgatar como a mentalidade científica e filosófica ainda é aristotélica.

Pois bem, Aristóteles escrevia em formato de tese e argumentou, especialmente na Metafísica, que todo conhecimento acumulado desde os primeiros filósofos até Platão serviu de evolução para que surgisse a filosofia dele. A contribuição dele para a filosofia seria a síntese final de tudo que havia sido dito (escrito) antes.

Esse tipo de pensamento aparentemente megalomaníaco não é incomum na filosofia. Na ciência também tem, mas parece que em menor quantidade e intensidade.

Um exemplo na história da filosofia que pode ser bastante ilustrativo disso, já que se falou em “síntese”, é o de Hegel.

G.W.F.Hegel foi um pensador de transição entre o moderno e o contemporâneo. O pouco que se faz entender da vulgata dele indica que havia nele uma grande preocupação em explicar o movimento da história humana através de um vínculo de significado, ou melhor ainda, de causa e efeito que pretendia dar conta das rápidas mudanças que ocorriam na Europa em fins do século 18 e começo do 19. Imagine, leitor, se este pensador vivesse nos dias de hoje, com que assombro observaria as mudanças rápidas da economia, da política e do consumo.

Sua principal contribuição para a epistemologia é sem dúvida a construção do modelo dialético de pensamento. A admissão dos contrários (ou oposições, ou contradições) como parte da produção do conhecimento é a chave para novas sínteses antes impossíveis na história da filosofia.

A lógica aristotélica trouxe o princípio da identidade ( $A=A$ ) e da não contradição ( $A \neq B$  e  $B \neq C$ , então  $A \neq C$ ), mas a dialética de Hegel permite se pensar em novos estados de coisas que são gerados por estados precedentes que eram totalmente opostos. Uma tese, que gera uma antítese, que se fundem e se reconstroem numa síntese. Claramente deve ter sido reconfortante para Hegel imaginar que o período histórico em que vivia estava dentro dessa transição contínua.

O caos, a guerra, as revoluções, os conflitos que marcaram fins do século 18 e começo do 19 pareciam claramente um momento de desafinidade, de conflito interno do mundo (ocidental/europeu) consigo mesmo; mas, novos regimes estavam surgindo, novas sínteses de sociedades que tentavam superar as contradições da sociedade anterior. E segundo o que se pode compreender da vulgata de Hegel, a história da filosofia e da ciência também estava convergindo para aquilo: uma nova síntese, que pode ser fragmentada com o nascimento das ciências sociais. A reflexão filosófica tinha finalmente atingido seu limite epistemológico.

Diante disso, pergunta-se: o que realmente move a reflexão filosófica? A pretensão de busca da verdade, como afirma o título deste texto? Pode-se avançar um pouco mais e se perceber que em Sartre a realização do ser para está sempre no futuro, quando ele deverá ser, enquanto no presente ele é sempre um não é ou nada, isto é, a possibilidade. O filósofo quando busca a verdade e reflete é este ser para si, pois se projeta a o si próprio, que é o em si, mas este é sempre passado, e enquanto estiver vivo (for existente) seu ser será o possível ou o futuro. Desse modo enquanto houver vida humana (o para si) haverá reflexão filosófica, não importa o nome que deem a esta.

O cientista social, por exemplo, é um filósofo, pelo menos na sua fase epistemológica de pesquisa, que, segundo Pierre Bourdieu n'A Profissão do Sociólogo, deveria ser o tempo todo. O exercício de vigilância epistemológica é basicamente a prática reflexiva por excelência do cientista. É duvidar do que se descobriu, é por em dúvida o que os outros descobriram. É ser mais poperiano que khuniano no momento de formular uma proposição sobre algo. O que isso quer dizer?

Karl Popper e Thomas Khun foram dois filósofos da ciência. Como tal os dois se preocuparam em estabelecer vias seguras para a construção do conhecimento científico, questionando-se principalmente sobre como funciona o progresso da ciência. Assim, por um lado Khun afirma que esse acontece através das chamadas revoluções científicas, que operam mudanças de paradigmas sobre a chamada ciência normal, que é a ciência de manutenção do conhecimento científico, apenas sendo reafirmado pelas novas descobertas. Já na revolução, o paradigma anterior não é mais suficiente para garantir a compreensão da realidade e novos precisam ser formulados.

E, de outro lado, Karl Popper afirma que a ciência progride a medida que os conhecimentos estabelecidos são desafiados por experimentos novos que tentam “falsear” o existente. Quer dizer, as formulações científicas são construídas e reafirmadas a partir de experimentos que tentam provar que a teoria está errada. É o chamado método hipotético dedutivo, que refuta a validade da indução como método de condução do pensamento.

A busca da verdade começa com a dedução, voltando a Aristóteles em sua obra de lógica, o Organon. Deduzir é tomar como verdade premissas gerais para se chegar a conclusões particulares. Mas de onde vem a validade do argumento dedutivo? Se as premissas forem verdadeiras, necessariamente as conclusões também o serão. Mas o que garante a verdade das premissas? Essa é a questão central que Popper ajuda a formular.

A premissa da dedução seria uma hipótese, uma conjectura, que seria precisa ser constantemente testada via falseamento. Daí o nome do método ser hipotético dedutivo. A principal crítica de Popper é contra a indução, mas não é a primeira vez que a indução é criticada por um pensador da epistemologia.

David Hume, filósofo escocês do século 18, também trouxe uma grave crítica à indução como forma de garantir a verdade do conhecimento. Apesar de ser classificado de empirista e cétilo, sua crítica epistemológica vai muito mais além de qualquer classificação. Mas, por que Hume critica a indução? E por que sua crítica beira o ceticismo? Algo de que o próprio Hume tentava conter: o cétilo presente em todos os filósofos.

O método indutivo é simples de ser compreendido. O conhecimento verdadeiro se dá pelo acúmulo de proposições particulares verdadeiras, isto é, cada caso particular verdadeiro ajuda a confirmar uma verdade mais geral, uma conclusão generalizante que é cada vez mais reafirmada pelos casos particulares.

Como foi dito, Popper fora contrário a esse método pelas razões que se apresentou. No caso de Hume, a incapacidade da indução de ser fonte de verdade se dá porque não importa quantas vezes um evento particular se repita, nada garante que o próximo evento de mesma natureza seja igual. A única coisa que permite tal conclusão é o hábito. Assim, a garantia epistemológica de que um evento particular pode ser considerado geral é simplesmente a necessidade do indivíduo de ver a regularidade na sucessão dos eventos. Espera-se que o evento seguinte seja igual ao anterior, formase assim uma crença, e é o máximo que se pode chegar.

Essas afirmações extraídas da filosofia de Hume trazem uma certeza da verdade do conhecimento baseada no elemento psicológico. Ele mitiga o ceticismo ao afirmar a possibilidade do conhecimento dentro desses parâmetros psicológicos.

Essa resposta baseada na crença e no hábito é pouco satisfatória quando se busca uma verdade mais segura para os questionamentos da ciência e da filosofia.

Com certeza Popper oferece uma metodologia mais confortadora quando se busca a fundo a verdade do conhecimento, porém o esforço no uso do método hipotético dedutivo na pesquisa científica é muito maior que o esforço nos métodos dedutivo e/ou indutivo.

Nesse aspecto, a noção de ciência normal baseada em paradigmas aceitos por uma comunidade científica de Thomas Kuhn parece ser mais facilmente aceita. A pesquisa de qualquer natureza basta ser aceita e propagada por uma comunidade científica que assim terá respaldo e publicidade.

Pouco se vê, especialmente o grande público, que essa verdade baseada no elemento sociológico (a comunidade científica que legitima a verdade) não traz garantias sobre os conteúdos formulados. Fica também preso à crença construída mediante a autoridade depositada na comunidade. Mas esta também se engana, segue parâmetros e interesses, especialmente quando se considera a prestação de contas que os cientistas precisam ter com seus financiadores.

Uma diferença histórica e sociológica entre a produção do conhecimento hoje e a busca da verdade no passado, até pelo menos o século 19, é a pressuposta isenção e liberdade desta em relação àquela.

Note-se que foi diferenciada inclusive a nomenclatura: produção do conhecimento em contraste com busca da verdade. Produzir é transformar pelo trabalho um elemento natural em produto da ação humana. Esse produto ao ser produzido em excesso pode ser transformado em mercadoria e lhe atribuído um valor de troca, para que possa enfim ser comercializado. Esse é o princípio básico da teoria do valor de uso e do valor de troca que Karl Marx usou em suas teorias a partir da obra econômica de David Ricardo.

O problema é quando se aplica tal princípio na busca da verdade. Atualmente há uma identificação burocrática entre busca da verdade e a produção do conhecimento, pois parte-se do princípio que quem pesquisa sob o julgo dos financiamentos de pesquisa (públicos ou privados) está também buscando a verdade. O problema é que estar realizando uma pesquisa não implica epistemologicamente que se está buscando a verdade. Como isso é possível?

Se pensadores clássicos como Aristóteles, René Descartes, David Hume e Karl Popper pareciam estar legitimamente preocupados com encontrar os caminhos corretos de se estabelecer a verdade do conhecimento; os cientistas e filósofos de hoje não transparecem tal preocupação, mas sim a preocupação com a garantia do financiamento da pesquisa, da bolsa do Estado e da sua contínua renovação, com o patenteamento de produtos para serem comercializados e finalmente com a publicação dos resultados, pois o que conta é publicar para que a comunidade científica possa avalizar as descobertas ou não. Mas quanto desse aval é realmente isento de interesses que não são o da busca da verdade? Será que um pesquisador que descobrisse que o fumo não faz mal à saúde, aceitaria publicar seu trabalho sem receber nada em troca da indústria do tabaco? E quantos não são os cientistas que estão recebendo bolsas de financiamento das indústrias farmacêuticas para pesquisar e desenvolver novos remédios? Se fosse do interesse da sociedade, não deveria poder chegar a todos esses conhecimentos? Por que só quem registra a patente pode usar tal conhecimento?

Porque é produto, é produção do conhecimento e não busca da verdade. A isenção e/ou neutralidade é uma pretensão científica, como se fosse possível não sofrer as influências da subjetividade que pensa sobre um determinado objeto. Como então garantir que a busca da verdade não está comprometida pelos interesses materiais?

Essa pergunta envolve mais sociologia que epistemologia, mas não há como fugir dela diante do caminho aqui percorrido. O respaldo científico desse texto vai depender da disponibilidade dos pares pesquisadores lerem e fazerem comentários a respeito. O tempo do acadêmico é medido em tempo de trabalho, do mesmo jeito que um operário ou artesão (ou ainda um funcionário público que tem carga horária para cumprir). Assim, para ter esse trabalho avalizado, é preciso estar inserido no mercado, no caso dos bens simbólicos acadêmicos.

Quem tratou também desse assunto foi Pierre Bourdieu em sua obra *Homo Academicus*. Para ele, sob a tradição do materialismo de Karl Marx, o acadêmico é o sujeito que tem o poder simbólico na sociedade de mercado capitalista, mas esse poder não necessariamente se converte em poder de fato (econômico e político). Não quer dizer que o acadêmico seja necessariamente mal remunerado ou que não seja capaz de intervir na vida política; a questão é que sua representatividade é mínima comparada à verdadeira influência do capital.

É interessante notar o quanto de credibilidade tem um candidato a um cargo público que apresenta um acadêmico dando opinião a respeito de certo tema. No entanto, na hora de criar as políticas públicas, quem vai intervir realmente é o financiador da campanha, o megaempresário que cobra a contrapartida pelo apoio.

Assim, o acadêmico possui um poder, mas sua ativação depende de sua inserção no mundo do poder de fato, que é econômico e político. Nesta ordem. O poder econômico é que determina a possibilidade prática de permitir a ciência de se desenvolver. Daí a dependência da produção do conhecimento para com os financiadores.

Voltando para a pseudo influência dos intelectuais sobre a condução das políticas públicas há o exemplo histórico dentro da própria filosofia. Platão, um teórico da política, especialmente em seu livro “A República”, quis implantar suas teorias na prática e teve duas oportunidades para isso, no mesmo local, a ilha de Siracusa.

No primeiro momento, o rei Dionísio I o convidou para ser uma espécie de conselheiro do rei, para assim tomar decisões justas. Platão achou que finalmente seria o filósofo rei que ele imaginara ao escrever A República. No entanto, Dionísio se revelou um ditador cruel e Platão teve de sair fugido da ilha.

Da segunda vez, o filho do rei, Dionísio II o convidou para ajudá-lo a governar, mais uma vez, porém, Platão estava sendo usado por um tirano. E dessa vez foi pior, pois ficou lá em Siracusa como prisioneiro por anos.

O que isso revela sobre a busca da verdade é que pô-la em prática depende de outros fatores que não somente a habilidade intelectual do filósofo ou cientista. Como diz Bourdieu, o campo e o *habitus* dominam a vida social do intelectual. Disso ele não pode fugir. Seu contexto de vida é um influenciador determinante, é a sua condição de existência. Mas essa condição não pode ser totalmente determinante, se não só haveria ciência normal, sem quebra de paradigmas, e, no entanto a história está cheia dessas grandes revoluções.

Esses revolucionários da busca da verdade são lembrados até hoje, mesmo que o que tenham dito tenha sido considerado obsoleto. Veja-se a física mecânica de Newton. Por longos anos, a única forma de analisar a realidade natural era a física aristotélica, mas ao chegar a modernidade e a revolução copernicana, uma nova mentalidade contrária à verdade estabelecida surge, há uma quebra de paradigma e com isso nasce a física newtoniana. Com ela uma nova forma de olhar a realidade física passa a dominar e hoje não há engenharia, astronomia e mecânica que não seja tributária das três leis de Newton. E mesmo assim, para muitos assuntos da física contemporânea a mecânica newtoniana já não é mais suficiente para resolver as novas questões colocadas por gênios como Albert Einstein e das derivações da física quântica. Assim novos paradigmas foram construídos, ampliando ou destruindo os anteriores.

Se a ciência se move desse modo e há também a constante interferência dos interesses políticos e econômicos, então como garantir que a construção do conhecimento reflete a busca da verdade nos dias de hoje?

Não há resposta simples para essa pergunta. Pode-se tentar chegar lá pelo caminho da crença partilhada. Usando um pouco do pragmatismo de Peirce, um pouco do ceticismo mitigado de Hume e da triangulação de Davidson e Quine, poder-se-á chegar a uma formulação nova que dê conta do problema em questão, aproveitando-se ainda do falseamento de Popper e da sociologia da ciência de Kuhn.

No senso comum, o que é uma crença? É tudo aquilo que promove a certeza, a indubitabilidade e que, principalmente, gera a ação dos indivíduos diante das situações.

A certeza absoluta é uma pretensão que tanto a filosofia quanto a ciência devem se abster de pretender. Mas, com grande grau de segurança, pode-se dizer que ambas possuem crenças muito seguras sobre alguns assuntos. A ciência, na verdade, mais que a filosofia.

O pragmatismo é uma linha filosófica estadunidense originada das reflexões sobre o conhecimento de Charles Sanders Peirce e William James. A base do pragmatismo (ou pragmaticismo na versão peirceana) busca o estabelecimento da verdade a partir do estabelecimento da ação diante de um conceito. O critério de verdade de um conceito está na ação que ele produz em meio aos envolvidos.

Esse critério estabelecido no pragmatismo não seria a mera utilidade e também não há ligação com o utilitarismo de John Stuart Mill e Jeremy Bentham, cuja base diz que a ação a ser tomada deve ser aquela que promove felicidade ao maior número de pessoas.

O critério de verdade do pragmatismo é a ação no nível da produção do significado, assim é uma atribuição prioritariamente semântica. O que produz o significado das proposições é o uso dos conceitos. É verdadeiro o que produz consequências.

A crítica do positivismo lógico a essa forma de pensar é bastante expressiva, pois não há preocupação no pragmatismo de uma argumentação lógica mais rígida. Essa crítica veio muito de Bertrand Russell, lógico inglês cuja dedicação à construção do pensamento claro e lógico teve grande influência sobre Ludwig Wittgenstein, filósofo de referência na filosofia analítica e que ensina que a construção dos significados na linguagem comum se dá pelos chamados jogos da linguagem.

Jogos de linguagem são as expressões comuns da linguagem, cuja análise mostra que a produção do significado está ligado à obediência a regras. Alguns atributos de um certo discurso só funcionam dentro do conjunto de regras que o compõe. Percebe-se que é o uso da regra da linguagem que promove o seu significado para o seu usuário.

Retorna-se assim ao pragmatismo. Peirce busca na ciência o discurso que busca promover um sentido de verdade mais íntegro, no sentido que a ciência almeja atingir um uso dos conceitos de maneira correta, logo a produção da verdade na ciência não leva ao uso corriqueiro, que leva a crença de que o conceito por ser usado é verdadeiro.

Essa visão, inclusive, foi o que fez Peirce mudar o nome de sua ciência para pragmaticismo. A mudança do nome é menos importante que o efeito que ele busca atingir, pois a busca da verdade como meta do pensamento não pode se reduzir ao uso corriqueiro do conceito, no modelo de uma crença que se torna verdadeira pelo uso.

Evidentemente o que se pretende aqui é trazer a contribuição peirceana de validade para a busca da verdade na ciência e na filosofia.

Ao que parece, na atividade científica e filosófica que acontece no presente, a utilidade de um conceito ou teoria está na adoção pela comunidade do mesmo conceito ou teoria. Assim retorna-se a ideia de uma sociologia da ciência e a garantia da verdade do conhecimento está na aceitação pela comunidade científica.

Será que se pode adotar esse critério sociológico como fonte de estabelecimento de uma crença partilhada na busca da verdade na ciência e na filosofia?

O pragmatismo não parece oferecer uma resposta suficiente para isso, pois como se pretende abranger uma busca da verdade além dos limites da aceitação das comunidades científicas. Talvez isso não seja possível, pelas próprias limitações epistemológicas da produção do conhecimento nos dias atuais: muito dependente da aceitação dessas comunidades. Porém buscar-se-á outras opções que possa trazer novas possibilidades de síntese na busca da verdade.

Os efeitos psicológicos do hábito que já foi mencionado quando falou-se de David Hume pode ser um caminho para estabelecer um modelo de crença compartilhada, se não mais seguro, mas pelo menos servindo como mais um reforço para o elemento sociológico visto anteriormente.

Hume afirma que a experiência sensível é a única fonte de impressões para a compreensão do mundo. As ideias geradas independentes destas impressões devem ter um caráter puramente lógico necessário, daí serem verdadeiras apenas as ideias matemáticas, pois não dependem dos hábitos baseados nas impressões dos sentidos e são eventos lógicos necessários.

O filósofo escocês nega assim as afirmações da metafísica, pois são ideais com pretensões lógicas, mas sem a referência em impressões dos sentidos. As ilusões criadas pelas relações de causa e efeito formuladas pelos próprios metafísicos constroem crenças, mas sem a possibilidade de comprovação. Desse modo o bem ou a ação boa de uma pessoa não podem ser relacionados com um conceito geral sobre o bem, como pretendia Platão, pois o conceito de bem tem como referência apenas o hábito subjetivo que relaciona a ação X com uma identificação de benefício para quem julga a ação.

Tradicionalmente se sabe que o que é bom para uma pessoa pode ser mau para outra, sem nenhum prejuízo para a ação em si, que é um fenômeno empírico. As impressões que se tenha da ação de dar ou receber um presente do dia dos pais, pode ter seu valor de bom ou mau pelo aspecto do julgamento subjetivo da ação. Para um pai amoroso e emotivo pode ser uma ação boa, enquanto para um pai crítico e pouco emotivo pode significar a nefasta anuênciam com um sistema de consumismo que corrompe a tudo e todos com valores monetários.

Essa forma de ceticismo parece não ser válido para a vida comum, mas há um vasto e útil emprego na epistemologia que se quer aqui empreender.

A busca da verdade em Hume está no reconhecimento da impossibilidade de avaliar como verdadeira uma relação de causa e efeito, especialmente na avaliação das proposições da metafísica. Coisa que Wittgenstein também irá afirmar dois séculos depois. Porém esse questionamento também atinge as verdades produzidas pela ciência, cuja base interpretativa é justamente o estabelecimento de relações de causa e efeito, que é essencial para a indução como forma de garantir a verdade do conhecimento.

Porém, como já se falou, a indução não serve para garantir a verdade, pois um evento que ocorra em contrário, nega a hipótese. A crença na continuidade da realidade como ela deve ser é uma saída que cabe a resolver situações úteis do cotidiano. Talvez por isso Hume tenha influenciado tanto John Stuart Mill quanto Jeremy Betham.

Não era intenção de David Hume ser um reforço à mentalidade utilitarista que permearia o pensamento inglês no século seguinte, mas ele não pode fugir das conclusões que chegou. O efeito psicológico da verdade baseada no hábito, em verdade, só existe por confirmação da crença coletiva, que muito se motiva pela utilidade.

Assim reforça-se o aspecto sociológico desta epistemologia ao se notar que a crença partilhada está ligada ao hábito mental que constrói a relação de causa e efeito como verdadeira, porém sem a partilha da crença no jogo da linguagem, a mesma fica infrutífera da construção na verdade.

Aproximam-se assim Hume, Peirce e Wittgenstein, mas de modo bastante superficial. Pode-se ir mais longe? Provavelmente sim. Todos esses pensadores provavelmente buscavam a verdade de maneira honesta, e não simplesmente porque tinham que produzir conhecimento para fazer parte da comunidade acadêmica. Inclusive na biografia dos três há problemas de inserção nos meios acadêmicos mais ortodoxos.

Peirce não conseguia entrar para o corpo acadêmico de uma grande universidade estadunidense nem com as recomendações de William James. Wittgenstein aparentemente desprezava o ambiente acadêmico cheio de discussões vazias. Tentou dedicar seu tempo ao ensino infantil, mas era tamanha sua misantropia que também não deu certo. E Hume foi o menos rejeitado, mas mesmo assim brigou por anos para ter suas ideias aceitas e seus livros lidos.

Esse perfil mais marginal de certo modo combina mais com uma busca da verdade mais honesta do que os acadêmicos respeitados de carreira, como um Kant, por exemplo, mas muito mais nos dias de hoje. No entanto, isso não é garantia de uma busca da verdade livre de intervenções externas. Na verdade, a interferência externa é um dos critérios sociológicos para o estabelecimento de uma genealogia do conhecimento produzido.

O mundo do presente (2012 no Brasil) é com certeza diferente do século 18 de Hume, do século 19 de Peirce e do século 20 de Wittgenstein, porém muitos dos questionamentos epistemológicos desses três autores persistem até hoje. A leitura ou não desta obra não inviabiliza a manutenção de uma proposta de busca da verdade. A insistência na análise dos diferentes contextos serve mais para provar os erros que os acertos e torce-se por um resultado maior ou melhor que o início, mas não há garantias.

O professor de filosofia Waldomiro Silva Filho sempre dizia em suas aulas de epistemologia: “a pessoa filosofa não porque gosta de filosofia, mas porque tem um problema.” O problema a que ele se referia seria essa busca da verdade. Há uma tendência do filósofo e do cientista em não se conformar com as respostas dadas aos problemas. No caso, o problema é: como garantir a verdade das proposições?

Já se viu que a lógica dedutiva de Aristóteles não é suficiente, pois de onde viriam as premissas universais e axiomas que promoveriam à argumentação dedutiva sua correção?

A indução, a princípio defendida pelos empiristas desde Francis Bacon, esbarra no limite da falseabilidade, isto é, basta um caso particular falso, que a conclusão se torna falsa ou incompleta.

David Hume apresentou-se como uma solução viável para a ilusão da relação causa e efeito, com o efeito psicológico do hábito e da crença.

A questão do uso do conceito oferecendo o caminho para sua verdade advinda do pragmatismo de Peirce reforça o efeito psicológico do hábito, dando à crença um status de verdade partilhada pelo uso.

Há um efeito contaminador do utilitarismo inevitável no pragmatismo, e aí pode entrar a força e a vigilância do elemento sociológico de Kuhn. Vai ser a comunidade científica e seu empenho em construir uma ciência normal que garantirá a verdade do conhecimento produzido.

Porém, essa produção deverá ser desvinculada de interesses políticos e econômicos, que sendo exigências do mundo científico acadêmico, talvez seja o requisito mais problemático na construção de uma busca da verdade sem vícios.

Será isso possível?

Talvez essa pergunta não seja pertinente, afinal de contas não se pode ficar isento das exigências do contexto sócio econômico. Este livro só poderá ser validado como uma reflexão filosófica se passar por uma comunidade, um corpo editorial, ser prefaciado e finalmente ser testado ao crivo dos leitores e críticos.

Voltando a busca da verdade, é preciso verificar se os caminhos escolhidos são realmente adequados e suficientes para satisfazer a necessidade de uma certeza epistemológica sobre o conhecimento produzido.

Só recentemente “descobri” que Hume concordava com Descartes em relação a valorização da matemática como ideia clara e distinta. Hume dizia que as matemáticas são ideias, mas os outros conhecimentos são crenças. Aparentemente ele não precisou apelar para o Gênio Maligno para confirmar tal afirmação. Mas isso também não se constitui uma crença?

Ter conhecimento limitado em matemática limita a compreensão de tal crença, pois a pura abstração da matemática também é uma forma de conhecimento cheia de lacunas. Tende-se a acreditar no que os outros filósofos acreditaram e que as matemáticas são independentes de crença. Por mais que para o senso comum isso também seja uma crença. Enfim, é preciso se conformar com tal limitação epistemológica.

O movimento mental entre crença e verdade é bastante sutil, mas talvez seja a chave para o que se procura aqui descobrir (ou melhor: entender). A crença seria uma ideia, que no vocabulário de Hume é uma percepção fraca das impressões, que se tem imediatamente pelos sentidos. Desse modo haveria um distanciamento cognitivo entre a crença construída nas mentes dos indivíduos e as impressões verdadeiras advindas dos sentidos. Porém, deve-se lembrar que só é possível ter uma compreensão ou percepção de uma impressão se há uma ideia anterior do seu significado. Essa anterioridade da ideia em relação à impressão vem da onde?

A resposta mais evidente é o hábito aprendido da cultura. Nesse caso, a impressão mais primitiva que um corpo humano sentiria só tem existência cognitiva a partir do momento que ganha uma compreensão cultural. A sua existência de fato, em si, é vazia de significado humano enquanto não for percebida, absorvida, nomeada, compreendida e classificada dentro de um sistema de signos e partilhada culturalmente por uma coletividade humana.

Sendo essa proposição correta, torna-se impossível qualquer conhecimento inato. Será isso correto?

Existem traços da percepção humana que parecem surgir voluntariamente nos indivíduos. O arquétipo bem e mal seria um exemplo disso. Quando uma pessoa nasce, ou talvez ainda dentro do ventre materno, consegue demonstrar apreensão de dor e de prazer, o que seria a percepção primitiva de bem e mal. Parece não haver dúvida que a construção simbólica que dá sentido a essas percepções precisa vir do meio social, mas a semente neuroquímica dessa percepção parece estar presente desde muito antes.

Os conhecimentos puramente racionais também são exemplos de percepções independentes do indivíduo? Essa suposição é tão antiga quanto a própria filosofia. Os pitagóricos e Platão sacralizavam a matemática como a maior expressão da razão. Como uma espécie de linguagem dos deuses para desvendar os segredos do universo. É claro que até hoje devem existir muitos físicos e matemáticos que parecem se comportar pela mesma crença. Mas é René Descartes que modernamente traz essa suposição da anterioridade da razão matemática, como expressão de ideia clara e distinta, e como negação da experiência sensível.

É difícil não concordar com uma suposição que mesmo Hume considerava verdadeira, mas deve-se ter em mente que os objetos da matemática e a lógica propriamente dita são formas, ou melhor, são formais. Isso quer dizer que são fruto de uma “arte” humana. É muito mais uma criação que uma descoberta, pelo menos é essa uma opinião, uma hipótese que até o momento não foi refutada.

Chamar um conhecimento de descoberta põe como pressuposição que este conhecimento já existia antes da descoberta. Por exemplo, a lei da gravidade, “descoberta” por Isaac Newton. Ou será “formulada”? Muitos não verão distinção entre os termos. O que interessa notar é que para os objetos que caem não faz diferença se Newton tivesse ou não tivesse formulado uma teoria que terminou por se tornar uma lei da física. A força de atração da gravidade parece completamente indiferente ao fato de ser conhecida ou não; ao fato de se ter lhe dado um nome ou não.

Ou será que a realidade funcionaria como nos desenhos animados e quando um personagem diz que não conhece a lei da gravidade, flutua sobre o ar, indiferente. Não, com certeza não seria assim. A força de atração da gravidade atua sobre os corpos na Terra, conheça-se a lei de Newton ou não. O que isso prova? Que Newton “descobriu” uma lei da natureza? Ou que ele “formulou” uma interpretação plausível para um evento da natureza e a comunidade científica a aceitou e a tornou lei e daí senso comum?

Alguns diriam que essas interrogações são sinônimas. Mas pode-se ir além e perguntar: por que foi a teoria de Newton que se tornou a lei da física e não outra formulação? Podem responder: porque a dele era a correta e as outras estavam erradas. Mas quem garante o correto e o errado? Será a comunidade ou será a consistência interna da própria teoria? Uma formulação científica é capaz de se sustentar por si própria independente da força persuasiva de seu autor? Talvez a resposta, tristemente, seja: depende da ciência!

As ciências ditas exatas (ou quase exatas) ou as da natureza parecem conseguir construir formulações que atingem um grau de aceitação das comunidades científicas bem maior que as ciências humanas e sociais.

Provavelmente por isso existem bem menos teorias e linhas de pensamento na física que na sociologia, por exemplo. Cai por terra, portanto, a pretensão positivista de conquistar uma ciência social com o mesmo nível de exatidão que as ciências da natureza. São objetos diferentes.

Talvez por isso, também, as “leis” das ciências físicas sejam tão facilmente vistas como verdade, enquanto que as “teorias” das ciências sociais são vistas meramente como crença. Porém, voltando a Hume, Peirce e Pirro, mesmo as leis da física devem ser entendidas como crenças, umas com certezas mais sólidas que outras, mas crenças. Tanto isso deve ser assim que quando se lembra de Popper e o método hipotético dedutivo e usa-se o exemplo da física de Einstein, vê-se que é possível desacreditar de uma lei da física, provar suas limitações e erros, e formular novas teorias que podem vir a se tornar novas leis.

A apreensão da linguagem demonstra essa evolução, lenta mas real, pois chamam-se até hoje as formulações de Newton de “leis” da física, enquanto que as formulações de Einstein ainda são “teorias” da relatividade.

E o que dizer das ciências sociais?

A fragilidade epistemológica das ciências sociais parece ter origem na plasticidade de seu objeto. A cultura muda, as leis caducam, as crenças se transformam e sociedades desaparecem. No entanto essa aparente fragilidade produz um corpo teórico bastante robusto, pois o pesquisador dessa área sente a necessidade de passar por um grande esforço de vigilância epistemológica, além das pressões e preferências da sua comunidade científica, para poder produzir um conhecimento novo e válido.

Vê-se muito nesta área do conhecimento uma grande necessidade de responder a anseios pessoais: o porquê da criminalidade; por que a educação é deficiente; qual o significado social da amizade. O que faz com que facilmente se questione a científicidade de tais objetos. Porém se argumenta que o método e o rigor da pesquisa é que devem garantir a científicidade. Mas o que seriam o método e o rigor da pesquisa?

Já se apresentou aqui as diferentes características dos métodos dedutivo, indutivo e hipotético dedutivo, e se falou também da dialética. Porém, desde Aristóteles, filósofos e cientistas vêm procurando um caminho do pensamento que promova esse rigor racional de modo a garantir uma busca da verdade válida. A lógica foi criada para isso.

Mas a lógica é uma forma, um modelo. Como criar uma forma de garantir a busca da verdade em um contexto tão múltiplo de estabelecimento de verdades? É o que se tem perguntado desde o começo. E ainda não se satisfez com a resposta.

Tentar-se-á algo novo. Quine e Davidson são dois filósofos contemporâneos que por muito tempo debateram sobre as possibilidades do empirismo no estabelecimento da verdade e dos significados dessa verdade para as pessoas.

A proposta empirista de Quine diz que só existe para a ciência evidência sensória e todo significado de palavras deve se apoiar em evidência sensória também. Até aqui nada de diferente do empirismo clássico de Locke e nem do pragmatismo de Peirce. Mas a sua pergunta elementar é “Como são construídas as teorias acerca do mundo?”, mas para responder a isso Quine segue primeiro o caminho da linguagem. Como deve ser esse caminho?

À medida que se tem as percepções sensoriais a cerca do mundo a pessoa vai apreendendo os significados dos objetos e conteúdos que lhe são parte. Porém a apreensão dos objetos e conteúdos do mundo não acontece apenas pela atividade pessoal e mental. Essa apreensão depende do contexto onde esses objetos e conteúdos são apresentados como conceitos. Assim, a apreensão da realidade do mundo acontece através de conceitos e não de objetos e conteúdos, isto é, o que forma a compreensão (produção de significado) sobre o mundo, na mente das pessoas, é o conceito.

O conceito é um composto linguístico. Não existe conceito fora da linguagem. Por isso a produção dos significados não pode ocorrer apenas a partir da percepção sensorial, deve existir outro processo complementar a este que envolve construção mental e social, que ajuda a caracterizar o que é percebido pelos sentidos.

Kant e a fenomenologia de Husssel já tinham tentado responder a isso com elaborações bastante convincentes. Por um lado, Kant admite a prioridade dos conhecimentos a priori para a construção dos sentidos a posteriori, que só podem ser sintetizados pela união do empirismo e do racionalismo. Por outro, a fenomenologia traz a ideia de intencionalidade para que a apreensão do conteúdo empírico pela consciência seja possível.

Talvez possa ser construída aqui uma nova síntese do campo empírico que leva em conta o enigma da produção mental e social dos significados. Entre Quine, o empirismo clássico, o racionalismo clássico, o criticismo de Kant, a fenomenologia de Hurssel e o pragmatismo de Peirce, o que sobra de novidade para aqui ser sintetizado?

Não parece haver uma resposta que seja ao mesmo tempo simples e também não pretensiosa. A simplificação seria necessariamente ilusória e o excesso de humildade provocaria também desconfiança, pois é preciso se justificar o porquê da formulação.

A experiência sensível deve ser um evento público para que seja possível a construção do conhecimento. Quem afirma isso é Davidson em crítica a Quine, pois o particularismo na apreensão das experiências sensíveis pode facilmente levar ao solipsismo, ao estilo de Descartes, ou ao ceticismo acerca do conhecimento, ao estilo de Hume. A razão disso poder ocorrer é que os fatos sensíveis são recebidos individualmente, mas são apreendidos e compreendidos publicamente. O teste da verdade não deve ser apenas o EU que pensa, mas sim o cruzamento das informações que o contato com o outro permite.

O outro é uma referência. A multiplicidade e incerteza produzida com a presença do outro reveste as certezas individuais de dúvidas e isso permite uma busca da verdade mais sincera. Muito provavelmente por isso a classificação dos modos de pensamento seja tão difícil. Quando um filósofo ou cientista aceita ouvir um colega (o outro) pode enfim perceber que o que havia concebido não é tão perfeitamente compreendido por todos. Daí a qualificação de sua teoria meio que se perder no rol de teorias e classificações similares e/ou diferentes.

O outro é uma presença objetiva que se dilui na apreensão do Eu. Dos objetos do mundo pode-se buscar a certeza através dos olhos do outro que testam as certezas do Eu. Porém, se o objeto apreendido é o próprio outro, como fica a certificação da certeza se a fonte é o próprio outro? Ou um outro terceiro?

Há nessa tendência ao solipsismo uma forte herança e influência de René Descartes na epistemologia moderna e contemporânea. A fonte desse solipsismo é, com pouca dúvida, o ceticismo. Há, porém, nessas duas formas de pensar um grande alento ao medo que causa não saber se o conhecimento que se tem é verdadeiro ou não.

O saber do senso comum não tem esse tipo de preocupação. A busca da verdade prática é uma forma mitigada de pragmatismo, pois é a eficiência ou a eficácia da ação que determina a verdade da ação.

O que angustia a busca da verdade é justamente a grande variedade de ações verdadeiras. Como encontrar um consenso entre verdades tão desiguais?

Sem dúvida existem verdades diferentes para objetos do conhecimento diferentes, mas o que fazer quando são os mesmos objetos? A verdade epistemológica deverá estar no modelo metodológico usado para se chegar à afirmação final. Um modelo é uma referência reconhecível por uma comunidade de pensamento. Os vencedores do prêmio Nobel, que criaram o modelo em hélice que é usado até hoje para interpretar a estrutura genética da vida, não viram realmente esse modelo em hélice ao observar uma cadeia genética, mas criaram ou aprimoraram uma linguagem necessária para entender a constituição da vida.

O mesmo pode se dizer do efeito Doppler, do Big Bang, da Evolução das Espécies, são todas construções da linguagem que tem por finalidade explicar uma demanda do espírito humano por ordem. O acaso provoca desconforto e temor, daí a existência do pensamento mítico religioso que persiste até os dias de hoje, até mesmo no seio da ciência. Que necessidade infantil dos cientistas criadores do mega acelerador de partículas na Suíça de chamar a partícula Bóson de Higgs de partícula de Deus. Novamente uma necessidade linguística e social de ser fazer entender.

No mundo das pessoas comuns, talvez seja realmente necessária a noção de um deus criador para entender o processo de criação na natureza. No entanto, nada de epistemologicamente válido existe que justifique tal conclusão. A natureza está mais para caótica que ordenada. Prendemo-nos nas noções ordenadoras por nossa própria limitação humana, que só entende o que consegue enxergar sensivelmente ou até mesmo intelectualmente.

Os objetos sensíveis devem ter uma existência própria, em si, mas só ganha sentido diante da apreensão humana. A sensação de desconforto que alguém sente quando sofre uma pancada ou queimadura não pode ser posta em dúvida no nível do em si, apesar de só existir para aquela pessoa que sente. Para essa pessoa a dor é um objeto sensível. Porém para quem partilha com a pessoa a compreensão da dor, ela não é sensível, é intelectual.

O que é possível partilhar é o conceito da dor. A dor em si, o estímulo puro não existe como “sentença observacional”, expressão extraída do vocabulário de Quine que ajuda a diluir os enganos referentes ao empirismo. Assim, o que há são fatos traduzíveis em sentenças ou em linguagem. E partindo do princípio que todos partilham do equipamento linguístico necessário à pronúncia de sentenças, então todos podem partilhar dos mesmos significados, no caso, da dor.

Agora, esse “todos” leva a questão: e as diferenças culturais... qual o papel destas no problema em questão?

Deverá isso depender da expectativa que se tem com esse experimento intelectual. Que as culturas são diferentes não há dúvidas, mas o que essa diversidade encontra em seu caminho de busca da verdade vai depender das formulações presentes em cada cultura. A expectativa que uma comunidade de cientistas sociais vai ter para esta pergunta é bem maior que para uma comunidade de físicos. Por quê?

Porque supostamente as leis da física são universais, enquanto as teorias sociais só podem ser minimamente generalizadas, e como é por um processo indutivo, é praticamente impossível chegar a uma premissa universal que leve a dedução de uma conclusão necessária. Porém, mesmo as leis da física precisam ser formuladas como hipótese e testadas como teoria para enfim se tornarem leis, o que induz relações de causa e efeito necessárias, mas, segundo Hume, essas são fruto da experiência, logo não são conhecimento a priori. Assim, a que conclusão se chega?

As expectativas diferentes com relação às respostas culturais diferentes refletem a natureza dos objetos de reflexão diferenciados, isto é, para físicos e para cientistas sociais há variação de percepção sobre a importância epistemológica da diversidade cultural porque ambos pensam coisas diferentes. No entanto, a similaridade apontada por Hume para se chegar nas verdades de um (leis e teorias) faz deduzir que ambos deveriam atentar do mesmo jeito a todas as variáveis possíveis. No caso: a diversidade cultural.

A diversidade cultural representa aqui a multiplicidade de outros ou de outras respostas para questões similares. Na busca da verdade, o outro, então, é imprescindível.

O outro não é um espelho para refletir o Eu pensante e também não é uma negatividade do Eu (do si mesmo). O outro é um ser humano copartícipe da história e do contexto. Então, o outro é tão capaz quanto o Eu para formular seus pensamentos e ideias.

A concordância entre o Eu e o Outro pode gerar o consenso. O consenso é o modelo intersubjetivo de estabelecimento da verdade. É a razão discursiva de Habermas que supera a razão solipsista de Kant. Esse é o caminho enfim que se pode apresentar com alguma (frágil) segurança para a busca da verdade. Pode até ter sido um anticlímax diante de tudo que se propôs fazer, mas foi o que foi possível realizar até o momento.

Salvador, outubro de 2012.



“Da mesma forma que cada sociedade tem a moral mais bem adaptada à sua natureza, possui também as instituições pedagógicas supostamente mais convenientes.” J.A. Giannotti

O termo ignorância será usado neste texto em contraposição ao conceito específico de “inteligência” usado por Pierre Lévy em seu livro “Inteligência Coletiva”. O que se propõe fazer não é uma crítica direta ao livro, mas uma oposição ao otimismo que pode ser extraído de suas páginas quando se fala das tecnologias da informação e comunicação proporcionando um novo modelo de inteligência.

A experiência pessoal e as experiências pessoais partilhadas ao longo de dez anos de docência no ensino superior fez com que esse otimismo fosse colocado em questão, pois o que parece existir é muito mais uma “ignorância coletiva”, isto é, uma pretensão de inteligência assegurada pelo advento da Internet que permite ao mais ineficaz dos analfabetos funcionais produzir, via bricolage digital (ou mera cópia mesmo), um trabalho aparentemente inteligente. Mas será que essas pessoas são realmente uma expressão de inteligência coletiva ou de ignorância coletiva?

Sem dúvida, antigamente o acesso ao conhecimento era restrito. Houve um tempo em que ler um texto clássico era privilégio de poucos pelo simples acesso a uma mídia física, o livro. Hoje é possível “baixar” clássicos, antigos e modernos, com um simplicidade quase prosaica. No entanto, essa facilidade de acesso não significa absorção de conteúdo. Até a habilidade linguística para se entender um texto clássico falta ao estudante moderno.

Uma primeira hipótese a ser analisada para responder a pergunta: “com mais acesso à informação, se está ficando mais ignorante?” seria: o modelo de vida econômico voltado para o consumo traz inevitavelmente um senso de incompletude e alienação que parece muito difícil de ser superado.

A incompletude está ligada a necessidade do próprio sistema de consumo de sobreviver, continuar existindo e crescer. Não faria sentido ofertar algo num mercado para satisfazer uma necessidade se não fosse a perspectiva de uma recompra. É o princípio do vício. SE compro uma roupa e visto essa roupa durante 5 ou 10 anos, o fabricante da roupa terá um imenso prejuízo. O fabricante da roupa precisa me convencer que preciso comprar uma roupa nova a cada 3 meses (de acordo com as estações do ano) e se eu não o fizer estarei FORA da moda, isto é, incompleto ou inadequado para o momento.

O elemento psicológico complementar a isso é a necessidade de pertença e aceitação que a maior parte das pessoas tem. Para não me sentir deslocado ou misantropo, acabo cedendo às ofertas do mercado por novas roupas (ou qualquer outro produto).

O ciclo dessas duas causas da incompletude faz parte do sistema de consumo no qual vivemos atualmente. No entanto, como isso pode contribuir para a ignorância coletiva?

A maioria das pessoas, de instrução média para baixa, parece simplesmente não perceber esse sistema de imposição de incompletude que leva ao consumo. Acham que é algo natural e evidente que precisa ser seguido. Já as pessoas de instrução mais alta parecem até perceber como o sistema é projetado, mas não se importam de fazer parte do mesmo, e parecem sentir até certo orgulho por poder consumir um pouco mais que os outros. Ou por consumir produtos mais sofisticados, que são projetados para justamente atrair este público mais seletivo e exigente. No final das contas todos sucumbem à incompletude que leva ao consumo.

Assim, como o objetivo do sistema é vender sempre mais, isto é, promover mais e mais incompletude, o importante não é ter pessoas que pensem e enxerguem o sistema, é preciso cada vez mais consumidores. E o consumidor não precisa ter inteligência de fato, mas apenas capacidade material para consumir. Por isso, o mais importante num sistema educacional é criar pessoas instruídas para o trabalho e não para algo diferente.

Talvez pareça ofensivo e preconceituoso considerar “o consumidor” como ente sem inteligência. O que se quis dizer com isso?

O comportamento do consumidor é um comportamento de massa. E a massa não é inteligente. Como sugere Simmel (2006) “o mais inteligente dos homens se comporta como um asno quando está em meio à multidão”.

Como explicar o comportamento irracional de pessoas que esperam dias numa fila para poder adquirir o mais novo modelo de “smartphone” quase idêntico ao que ela mesmo tem há apenas dois ou três anos? Falta de capacidade inteligente para olhar para si mesmo e não se ver como incompleto por causa de uma campanha de marketing que o convence de que se ele não possuir o novo xphone 5000 ele será infeliz, incompleto e não fará parte da sociedade.

Talvez ainda reste inteligência no consumidor, especialmente quando este se sente lesado e procura os recursos jurídicos; porém parece ser uma inteligência muito limitada, já que no fim das contas a lesão maior é aquela ocasionada no comportamento de massa do consumidor, que não se percebe lesado por ter sido convencido que sem aquele produto X ficaria para sempre incompleto. Quando de fato é a sensação de incompletude que está sendo vendida em 1º lugar.

Examinaremos um pouco mais o comportamento do consumidor em busca de algum traço de inteligência. A tecnologia para ser desenvolvida necessita da inteligência e criatividade, porém ao se transformar a tecnologia em produto, ela precisa ser facilmente operada, pois senão irá afastar o público de massa responsável pelos grandes faturamentos.

O discurso sobre as tecnologias diz que elas irão livrar as pessoas do trabalho pesado, no entanto elas terminam por deixar as pessoas dependentes e incapazes. Ora, observamos um exemplo: a Microsoft coloca no mercado versão após versão do seu sistema operacional e dos seus aplicativos de escritório. Na mesma medida que estes parecem se tornar mais eficientes em suas funções básicas, os usuários se tornam cada vez mais inábeis em fazer certas atividades por conta própria.

Não se podem negar os benefícios do corretor ortográfico nos editores de texto, no entanto os indivíduos estão cada vez menos capazes de escrever corretamente por conta própria. Se a função básica de errar é justamente aprender com o erro e assim evitar errar no futuro, quando um corretor ortográfico simplesmente corrige um erro de grafia sem que o autor ao menos tenha consciência de ter errado, isso se torna um aparato de ignorância.

Nota-se bem isso quando se compara um texto escrito de um estudante mediano qualquer quando se usa a plataforma eletrônica e a caligrafia normal. Além da falta de prática em se escrever a mão, tornando muitas vezes a leitura impraticável, há erros básicos, inversão de letras em palavras, falta de acentos, e que se o texto tivesse sido digitado não ocorreria, pois o corretor faria seu trabalho.

O objetivo dessas ferramentas eletrônicas não deve ser evidentemente promover o aumento da ignorância coletiva, porém é uma consequência inevitável de seu tratamento como produto, isto é, como valor de troca. Para ser um produto viável comercialmente, o aparelho eletrônico tem que ser visto pelo consumidor como uma facilidade. No modelo de sociedade em que vivemos, um produto que demanda esforço do consumidor (físico ou mental) tende a não ser atraente.

O que é realmente que um aplicativo de computador ou de celular facilita? Pensemos no acesso rápido a informações arquivadas. A agenda de telefones do celular dá acesso rápido e fácil ao que foi armazenado previamente. No entanto, quantos de nós lembra de memória mais do que cinco ou seis números de telefone?

Pode-se responder de maneira otimista e afirmar que este esforço foi locado na tarefa de lembrar as senhas de tantas coisas que se precisa hoje em dia para sobreviver digitalmente. Mas será isso uma desculpa razoável para a falta de treino da memória?

Outra situação corriqueira é escrever com editores de texto com revisor automático de gramática e ortografia. Já foi mencionado antes e novamente se pergunta aqui: o quanto será que os estudantes de hoje sabem realmente escrever?

Os revisores eletrônicos completam palavras antes de terminarmos de escrever, isto é, antecipam a expressão do pensamento; daí a antecipar também o pensamento e guiar nosso comportamento é um salto muito pequeno que vai depender muito mais da capacidade moral dos técnicos do que da capacidade técnica dos mesmos.

Num nível ainda implícito já se conduz o comportamento das pessoas em relação ao consumo e ao estilo de vida, mas eventualmente esse processo tenderá a se intensificar para um processo cada vez mais eficiente de controle e manipulação. Desse modo, ao falar de ignorância coletiva, se está falando também de perda de liberdade e autonomia.

Uma heteronomia tecnológica já é visível quando precisamos realizar uma tarefa corriqueira do dia a dia, como pagar uma conta no banco ou pedir um atestado na escola ou trabalho, e somos impedidos por conta de falha no sistema ou falta de energia ou sobrecarga na rede. Não há mais uma opção analógica para se realizar uma série de tarefas. Assim somos prisioneiros do mundo digital, dependentes do mesmo e por muito pouco ainda, incapazes de pensar sem a ajuda de algum aparelho.

O estudante de hoje não sabe escrever direito e quando escreve não sabe o que diz. A dependência é tanta que se o estudante não tem um computador por perto com acesso a Internet, é capaz de desistir de uma tarefa, pois diz que não teve onde pesquisar. Será que o conceito de biblioteca também deixou de existir?

Enfim, há sem dúvida um maior acesso à informação e uma democratização do consumo dos eletrônicos que dão acesso à informação nos dias de hoje. Porém, o que nos resta questionar aqui, de um ponto de vista filosófico, é: quanto será que melhoramos enquanto humanidade, enquanto seres racionais, por conta do maior acesso à informação e aos eletrônicos de informação?

Um traço de personalidade mais otimista poderia dizer que houve uma melhora comparada a perda no geral, pois há mais pessoas no mundo hoje capazes de interagir com as tecnologias e a informação do que já houve em qualquer outra época quando de algum avanço tecnológico. Porém, aí reside a ironia. Se, quando Gutemberg (p.ex.) criou a imprensa, poucas pessoas da humanidade puderam absorver os benefícios da leitura em massa, mas essas poucas eram capazes de compreender mais criticamente seu contexto social.

Hoje, quase todo mundo pode acessar a Internet, mas, proporcionalmente, quantos estão realmente preocupados em pensar criticamente sobre as informações que recebe. Pode parecer um tipo de elitismo idealista, mas é o que se consegue perceber no cotidiano da vida atual.

Com certeza, a internet é uma ferramenta de informação e comunicação imprescindível para a sociedade moderna, porém o que se há de resgatar no espírito dos estudantes é que ele não deve ficar tão dependente de uma ferramenta.

Os povos antigos, com suas tradições orais, ainda nos causam admiração pela capacidade de produzir uma memória oral milenar, tudo guardado nas mentes de chefes geracionais. Esses anciões não têm, obviamente, o mesmo acesso que temos urbanamente à informação, no entanto ele pratica e guarda na memória uma quantidade imensa de informações.

Não é preciso que nossos estudantes de hoje precisem recitar de memória a obra completa de Fernando Pessoa, ou lembrem de todos os afluentes do rio Amazonas, mas ele deveria aprender a se tornar mais independente e honesto em relação às ferramentas de busca da Internet; em relação aos corretores e tradutores automáticos; em relação a tudo, enfim, que parece livrá-lo do esforço de fazer o trabalho duro, quando na verdade o está tirando a oportunidade de tentar, de errar e de realmente aprender.

Deve-se considerar também a questão moral que está implícita no que foi falado aqui: o estudante teve sua vida facilitada pelas ferramentas de busca e de escrita fácil (corretores automáticos etc), o que parece contribuir para a ignorância coletiva; no entanto a desonestidade do estudante em copiar conteúdos disponíveis na Internet e assumir como sendo seus, isto é, o plágio intelectual, parece desenvolver um outro lado da moeda que pode ser chamado de “esperteza coletiva”.

Assim, se a ignorância coletiva é apresentada como oposto à Inteligência Coletiva desenvolvida por Pierre Lévy, a “esperteza coletiva” é uma característica moral do estudante moderno que parece complementar a sua ignorância.

Para argumentar em favor dessa hipótese pensemos no seguinte cenário: o professor tem um estudante que é pobremente articulado quando se trata de expressar seu conhecimento oralmente. Ele tropeça nas palavras, erra nas concordâncias e mal consegue formular claramente uma pergunta que possa ajudá-lo a tirar suas dúvidas. Este mesmo estudante tem provas textuais sofríveis, demonstrando que não comprehende o que foi perguntado no enunciado e que escreveu muito mal uma resposta também errada. No entanto, ao entregar um trabalho escrito, digitado e impresso, ele demonstra uma fabulosa e memorável capacidade de argumentação sobre assuntos complexos e com um alto nível de profundidade. Como isso é possível?

Este estudante seria um exemplo do que é a Ignorância Coletiva, porém ele também faz parte da Esperteza Coletiva, pois é capaz de plagiar o seu trabalho, sabendo que com seu nível de conhecimento não vai produzir um bom trabalho. Curiosamente é aí que reside o ciclo que mantém a ignorância coletiva. Se ele não se expõe ao erro, praticando desonestamente o plágio, perde a oportunidade de aprender.

É claro que se pode responsabilizar sua situação inicial (falta de articulação oral e provas sofríveis) ao sistema educacional como um todo da nação, especialmente tão deficiente como o brasileiro notoriamente tem sido nos últimos 20 ou 30 anos. Mas a questão permanece: se é ignorante, ignorante permanece, pois a ignorância coletiva estimula o conforto da estupidez através da facilidade de acesso a informações eletrônicas já preprocessadas.

O modelo de sociedade jurídica com excessos de litígios e o sistema econômico baseado no mercado também são contribuidores da ignorância coletiva.

Nos dias de hoje acusar um estudante de plágio ou apontar-lhe a ignorância demanda uma série de cuidados por parte dos professores. As acusações e processos de danos morais advindos de estudantes (e de seus pais) por conta de ações de educadores é uma razão de preocupação e medo constantes.

O estudante não é capaz de demonstrar conhecimento suficiente para fazer uma avaliação, no entanto se o professor diz a nota dele publicamente por alguma razão, ele sabe muito bem procurar um esperto advogado pronto a transformar o professor num ser humano inescrupuloso que expôs o estudante a uma suposta humilhação e por isso está sendo processado por danos morais.

E isso é o mais civilizado que o estudante pode fazer, pois se corre o risco também de ser agredido, verbal e/ou fisicamente, ou ainda ser ameaçado, materialmente ou economicamente. O docente comumente é visto como um profissional que precisa trabalhar muito, e em muitos lugares, para ter uma renda digna. Daí que é muito comum o estudante incapaz intelectualmente ser esperto o suficiente para ameaçar o professor de perder seu emprego se não atender suas demandas. E não é incomum existirem instituições de ensino que atendem a esse tipo de ameaça, especialmente se for mantida privadamente.

Talvez possa se dizer que há uma inteligência coletiva providencial que permite ao estudante agir de tal maneira com seus educadores, mas o modelo de esperteza coletiva é mais evidente, pois nele há uma crença ingênuas de que só se têm direitos, mas nunca deveres. Muito dessa crença se deve a vasta influência do mercado de consumo e da indústria cultural.

A publicidade, o cinema, as novelas, seriados e os reality shows convencem à audiência apática de que “você” é especial e que pode ser o grande vencedor. Muitos pais também fazem isso com seus filhos. Não preparados para as muitas derrotas que a vida promove, não há (ou há muito pouco) esforço para tentar aprender com erros, para se admitir estar errado, para reconhecer a ignorância. E como dizia Sócrates, pai da filosofia ocidental, esse é o primeiro passo para se buscar a sabedoria. Reconhecer que não se sabe é uma virtude pouco explorada nos conteúdos simbólicos de nossa época. Por isso a esperteza coletiva está sempre de mãos dadas com a ignorância coletiva, porque se está sempre convencido de se estar certo quanto não se tem nem suspeita de se estar cometendo um grande erro.

O problema enfim nunca foram os aparelhos eletrônicos de acesso a comunicação e a informação, no que deveriam possibilitar a inteligência coletiva, segundo Lévy. Mas sim a cultura de um modelo de vida insustentável baseado no consumo pelo consumo e na crença, também consumista, de que se é mais importante que os outros. Um egocentrismo cultural que tem origens resgatadas da modernidade, do cogito cartesiano, do pensamento burguês, da moral individualista, da vida urbana e do capitalismo.

Mas será que há esperança?

Faço essa pergunta no momento em que estou aplicando uma avaliação final para uma turma de cerca de 40 alunos do curso de administração. A disciplina é considerada difícil, com cálculos e interpretação de dados. Não acredito em fiscalizar prova, mas notei a ansiedade dos alunos em pescar (colar do colega). Será que adianta alguma coisa o esforço de ensino e aprendizado, se o estudante não tem confiança em si mesmo, não estuda e ainda acha que pode se aproveitar do esforço alheio. Curiosamente a tendência será todos simplesmente cometerem os mesmos erros (é a ignorância coletiva em pleno funcionamento).

Será a esperteza coletiva (querer copiar dos outros) a expressão maior da ignorância coletiva? Ou pior ainda: copiar do outro e também errar? Diz o ditado popular: “duas cabeças pensam melhor do que uma.” Para a inteligência coletiva de Lévy, talvez; mas para a ignorância coletiva, é o oposto: quanto mais gente envolvida, pior a situação fica.

É pouco democrático pensar dessa maneira, pois assim a educação parece mais exclusiva que inclusiva, mas como Nietzsche dizia, parafraseadamente: a igualdade da democracia enfraquece a cultura. Todas as pessoas tendo oportunidade de frequentar o ensino superior e também tendo acesso a tecnologia de informação e comunicação, o que para a noção de justiça como equidade de John Rawls é fantástico, permite uma heterogeneidade no convívio acadêmico que faz prosperar, em muitos momentos, a ignorância coletiva, quando deveria existir, nestes ambientes, uma inteligência coletiva.

As pessoas parecem se satisfazer com o superficial, é o princípio da sociabilidade de Simmel. A forma é mais importante e lembrada que o conteúdo das relações sociais. No caso, uma aula, uma reunião, um evento acadêmico ou profissional são expressões de agrupamentos humanos que tem o propósito de produzir ciência, no entanto a maioria dos estudantes parece se conformar com o aspecto de ludicidade de alguns desses eventos. Os estudantes parecem querer ser distraídos ou entretidos (a forma) e se esquecem do propósito original.

Não há nada de errado em proporcionar momentos agradáveis e divertidos durante o aprendizado, mas isto é meio e não fim da atividade.

Estou agora num lançamento de um livro. Como foi dito no capítulo anterior, nós, professores, precisamos “produzir” conhecimento e a expressão dessa “produção” é a publicação. Neste caso é um livro com uma coletânea de artigos na área de Administração. Essa é uma área do conhecimento prático de nossa que “produz” muito conhecimento e, por consequência, muitas publicações.

Não devemos desmerecer o empenho desses acadêmicos em produzirem esse conhecimento, mas o que se deve refletir aqui é sobre a real busca da verdade nessa produção. Pois, se a meta é publicar para se ter mais títulos, uma meta burocrática e honorífica para se subir na carreira acadêmica, então não importa muito o conteúdo de fato dos textos publicados. E em outro aspecto: quem vai ler estes textos? A apropriação do jargão acadêmico, mesmo o mais simples, depende de um certo acúmulo de conhecimentos básicos e elementares que, em geral, o estudante de ensino superior não possui.

Alguns desses professores didaticamente colocam estes livros / textos como leitura obrigatória em suas disciplinas, mas não todos, especialmente os de outras áreas de conhecimento. Porém, por mais que se estimule a leitura dessa forma, será que a ignorância coletiva poderá ser vencida?

No tempo que fiquei no lançamento, nenhum estudante apareceu para prestigiar seus professores. E se apareceu, não vi comprar nenhum livro. O que isso quer dizer? O propósito de um livro é ser lido, e se é científico ou acadêmico ainda mais, deve ser estudado, vivenciado, interpretado e criticado. Mas que estudante seria capaz de fazer isso? Aparentemente poucos. Os outros muitos deverão permanecer numa nuvem de ignorância, até lendo o texto (no caso dos obrigados a fazê-lo), mas o que será que fora retido em sua mente? Que aprendizado para sua vida foi absorvido? Que críticas conseguiu elaborar em relação ao autor? Se for pedido que entre numa discussão sobre o texto, será que vai pensar por conta própria ou vai reproduzir o que leu no mesmo sem nenhuma reflexão?

Os caminhos da ignorância coletiva são muitos e parecem começar ainda na infância. Os pais passam para seus filhos seus medos e preconceitos, deixando pouco espaço para que as crianças e jovens formem por conta própria uma opinião crítica a respeito do mundo, de si mesmos e da sociedade em que vivem. Desde cedo o ser humano infante é colocado em contato com uma série de conceitos obscuros, cuja obscuridade reside nos medos e preconceitos dos pais.

As fantasias infantis, tais como Papai Noel, coelho da Páscoa, Fada do Dente e Deus são introduzidas no seio familiar por uma série de conjunturas históricas e culturais. Seu papel é representar o contato do ser humano com transcendências suprahumanas ou parahumanas, cujo motivador básico é a negação da morte.

A criança nasce mortal, mas lhe é apresentada ao longo da infância uma série de fantasias que escondem a morte como destino final do ser humano. A moral envolvida em tais fantasias tem seu papel pedagógico de fundamental importância para o aprendizado, no entanto estas fantasias são ensinadas como se fossem verdades.

Poderá soar estranho para o crente religioso colocar na mesma classificação conceitos como Papai Noel, coelho da Páscoa, fada do dente e deus. Para o adulto médio os três primeiros entes são evidentemente criações culturais que funcionam para promover certos comportamentos nas crianças: ser boa, não temer a mudança de dentição, etc. Porém, dificilmente se enxerga o conceito de deus como parte do mesmo esquema de fantasias. No entanto, que outra coisa seria, senão a tentativa infantil do ser humano de ir além de sua mortalidade? Imaginar que existe um ente transcendente que move tudo no universo me parece tão ingênuo quanto acreditar que o bom comportamento ao longo do ano vai significar um presente no dia 25 de dezembro. Que crueldade isso não é para uma criança pobre cujos pais não podem comprar presentes e também não se caiu nas graças de uma pessoa hipocritamente caridosa que se “fantasiou” de Papai Noel e distribuiu presentes para crianças carentes. Essa criança foi má ao longo do ano?

Pode-se estar divagando além do tema proposto, mas é uma linha de argumentação que reforça a hipótese que a ignorância coletiva é construída ao longo do tempo e da cultura. Porém a percepção de maior deterioração da Inteligência parece repousar com mais força a partir do momento em que tais fantasias atingem públicos cada vez mais amplos devido às ferramentas eletrônicas e de comunicação.

A ingenuidade maior repousa no fato de essas fantasias culturais, somadas aos mitos da mídia eletrônica (de que cada indivíduo é importante e que é extraordinário em si mesmo), criam indivíduos eternamente em negação. Pode soar meio freudiano e meio existencialista (heideggeriano e sartreano), mas de fato a crença em entidades suprahumanas benevolentes é a negação da morte, da dor e da contingência que é ser vivo e adulto. Por outro lado, crer em entidade suprahumanas malevolentes é negar a responsabilidade humana nas ações (má fé) e negar o acaso como força que parece mover o universo.

Do ponto de vista da psicanálise freudiana isso é uma negação da maturidade. Criam-se avatares de figuras paterna e materna para suprimir a angústia da existência em aberto que é a vida humana. Veja-se a força alentadora que tem a figura de Nossa Senhora (nas suas várias versões) para as culturas neolatinas. Não se quer um projeto, típico de um ser humano maduro e independente, prefere-se um destino traçado pelas figuras da fantasia. Por que isso? Por causa da ignorância coletiva.

O leitor dessas palavras deve estar neste momento, acredito, indignado; supondo que alguém um dia vá ler isto. Mas se é possível encontrar ressonância em algum leitor que partilha, como eu, do medo do futuro diante de tanta ignorância coletiva, talvez se identifique o suficiente para saber que no mesmo ambiente onde repousa a ignorância coletiva em escala de massa (a Internet e as mídias), é também de onde pode surgir a força para lutar contra a mesma. Nesse sentido, talvez possa realmente existir uma inteligência coletiva.

Diferente do que Pierre Lévy supõe, ao invés da inteligência coletiva ser uma consequência do ambiente comunicacional eletrônico, ela seria a consequência de um movimento de resistência contra a ignorância coletiva.

Salvador, Janeiro de 2013.



Ser ateu hoje é escolher um caminho epistemológico baseado na lógica e no empirismo que se reflete na ética (na conduta) da pessoa que se reconhece e se anuncia ateu.

Essa atitude ética do ateu não é sinônimo de bondade, mas significa que há uma tendência do ateu de tomar suas decisões morais de maneira autônoma, em contraste às pessoas teístas (ou com religião) que tendem a agir via heteronomia.

O tema da ética é apenas lateral nesta peça filosófica, pois a hipótese central a ser avaliada aqui é a seguinte: será o ateísmo uma consequência inevitável da superação dos pensamentos ingênuos e ignorantes que parecem permear todos aqueles que se dizem crentes em algo suprahumano?

O que se tentará argumentar aqui é que as pessoas mais facilmente levadas pelo pensamento de massa, e por isso precisam de crenças religiosas para lidar com as dificuldades e acasos da vida, tendem a acreditar mais facilmente em entidades suprahumanas. Enquanto que pessoas mais esclarecidas e com pensamento mais cétilo não têm outra escolha senão o ateísmo como forma de lidar com os acasos da vida, mesmo que não seja de forma pronunciada.

Essa afirmação hipotético carrega o perigo da generalização indutiva sem base. Pode haver pessoas ignorantes e ingênuas que sejam ateus. E podem existir pessoas esclarecidas que sejam crentes fervorosos. Na verdade, este último caso já se pode afirmar que existe mesmo. É um mistério para o pensamento cétilo deste autor compreender como alguém instruído e esclarecido pode não ser ateu.

Provavelmente esse cenário acontece porque essas pessoas estão tão imbuídas da influência cultural do hábito que nem cogitam refletir sobre o absurdo que é acreditar em entes suprahumanos fora como elemento mitológico e força constituidora da sociedade, como afirma Durkheim em *As formas elementares da vida religiosa*.

O que se deve buscar aqui como objetivo de pesquisa não é verificar se as pessoas instruídas e esclarecidas se declaram ateus, mas se nestas predomina um pensamento que é ateu ou ao menos secular.

Como se pode demonstrar isso ao mesmo tempo em que se relaciona esse pensamento teísta com a influência da mídia e do pensamento de massa, o que também é identificado com a ignorância coletiva?

Ter-se-á que elaborar uma metodologia de pesquisa bastante sofisticada e eficaz. Aqui as fronteiras entre a filosofia e epistemologia terão de ser rompidas para a sociologia e antropologia.

Primeiramente será formulado um questionário que deverá ser aplicado numa amostra representativa do universo de pessoas que está se tentando analisar. O Brasil tem uma população atual (2013) de 196.655.014 de pessoas (Banco Mundial, 2011). Representativo disso seriam 6.832 pessoas, com desvio padrão de cinco pontos. Assim, para se tornar viável, usar-se-á a Internet como meio de ter estes questionários respondidos. Após serem tabuladas as respostas, assim se poderá elaborar perfis comparativos entre pessoas com pensamento de massa, e nesses a incidência de crentes, e pessoas com pensamento autônomo, e nesses a incidência de ateus. Com isso se poderá ter uma noção mais precisa se a hipótese aqui levantada se aproxima da realidade ou não. Essa metodologia é exploratória e indutiva, com muitas limitações, como foi visto na parte um deste livro, mas servirá de reforço a uma argumentação eminentemente filosófica.

O questionário deverá perguntar sobre hábitos de consumo de mídia: que tipos de mídia costuma usar, quais conteúdos preferidos, etc. Depois, com a desculpa de montar o perfil do usuário da mídia, será perguntado sobre profissão, idade etc. e aí será perguntado sobre a religião. Assim, sem induzir respostas sobre religião, pois o questionário parecerá tratar de assunto menos polêmico, captar-se-á a interrelação entre os gostos midiáticos e as crenças religiosas.

O questionário foi colocado no ar via Internet, através do Survey Monkey, um serviço gratuito de aplicação de questionários online, no dia 15 de janeiro de 2013 e só será finalizado quando completar a amostra de 6.832 pessoas. Depois disso dever-se-á retomar este texto com os dados e a análise dos mesmos pertinentes à hipótese desta pesquisa.

Retomamos a escrita do texto em dois de abril de 2013. Quase três meses se passaram com o questionário no ar. Deve-se relatar aqui uma dificuldade metodológica: o serviço do Survey Monkey só é gratuito até a 100<sup>a</sup> pessoa responder o questionário. Após isso eles informam que só poderei ter acesso ao resto das respostas através do pagamento de uma taxa, contratando os serviços por um mês, ou seis meses ou um ano. Até a última verificação, 137 pessoas tinham respondido, mas como só se tem acesso aos dados dos primeiros 100 respondentes, resolvi retomar o texto antes de chegar à meta de 6.000 pessoas, o que provavelmente demoraria muito mais tempo.

Contentar-nos-emos com essa pequena amostra e prosseguiremos o argumento proposto com dados complementares e reflexões o mais válidas possíveis para se chegar aos objetivos desejados.

Quando perguntados sobre hábitos de mídia 63% respondeu que assiste filmes. Evidentemente ninguém consome somente filmes, mas estabeleceu-se uma prioridade. Essa maioria de escolhas por filmes pode revelar um gosto interessante pelo lazer fictício. Não há como avaliar o tipo de filmes, mas pode-se extrapolar pelo conhecimento comum que a maior parte desses filmes são de origem hollywoodiana. O que isso implica? O cinema produzido em hollywood não é necessariamente ideológico, mas é prioritariamente comercial. Isso quer dizer que vai se mostrar aquilo que o povo quer ver. E o que é que o povo quer ver? Será a verdade? O senso de justiça representado na figura de um herói maniqueista? Imagens em 3D? Duas horas de ilusão? Autorreflexão sobre a condição humana? Um questionamento profundo sobre as ansiedades de nossa época? Satisfação pessoal diante das frustrações e incertezas da vida pós-moderna? Emoções falsas para curar o vazio do cotidiano?

Provavelmente não haja uma resposta objetiva para isso. Somente esse monte de clichês hipotéticos. E claro, se houvesse uma resposta exata e objetiva o pessoal do marketing já teria se apropriado para dar ao povo exatamente o que ele quer.

Talvez a pergunta mais adequada seria: o povo sabe o que quer? Os produtores de hollywood tentam entender a mente dos seus bilhões de consumidores pelo mundo para lhes dar em linguagem visual e dramática o que quer que seja para lhes satisfazer, justificando assim a sua audiência. É a audiência que o produtor de filmes quer. Sem a audiência que pague (o ingresso, a locação, o intervalo comercial etc.), qual seria a motivação para essa forma de expressão artística?

No fim, ter 63% de pessoas escolhendo filmes como principal hábito de mídia quer dizer o quê? Que estas pessoas são audiência para que mensagens? Escolho uma palavra para responder e analisar: mensagens de esperança.

Esperança porque é, na nossa tradição cultural de origem grega, a ideia que transfigura a nossa necessidade de transcendência. Para quem não conhece a narrativa mítica de Pandora. A mulher foi enviada aos homens (mortais) carregando uma caixa e de dentro da caixa saíram todos os males, ficando lá apenas a esperança. Seria a esperança um mal? Para os gregos antigos sim. Ao se prender na esperança, a pessoa tende a não aceitar sua condição de mortal, finito e sofredor; e daí que cria todo tipo de subterfúgio transcendental que justifique tal existência.

Quando se assiste a um filme está se buscando essa transcendência. O star system de hollywood nada mais é que um novo Olympo de entidades suprahumanas, as estrelas de cinema, e toda nossa cultura (modo, consumo, crenças e vocabulário) termina sendo moldada por isso. Discorda disso?

Se foi a sua principal mídia de escolha, responda: quantas vezes você começou um diálogo com “você viu o novo filme de...”? O que isso representa? Representa uma forma de culto. Culto a quê? Culto ao que não se é. Sonha-se com outras vidas, outros mundos, outras realidades e tem-se com os filmes o acesso a estes sonhos. São arquétipos, do mesmo modo que as mitologias antigas.

Essas generalizações podem ser apressadas, mas expressam o que é mais visível no modo como funciona a mente humana ansiosa por esperança diante de um filme. Mas os filmes tendem a apenas reafirmar uma fé já existente. Quando conseguem pôr em dúvida alguma certeza, rapidamente é classificado como ficção.

Um exemplo esclarecedor pode ser o sucesso do filme “O Código de DaVince”. Quem leu o livro ou assistiu ao filme talvez tenha percebido um questionamento bem claro a respeito da fé cristã: Jesus Cristo teria sido apenas um homem, e não Deus. Porém, diante da correria e da trama, essa informação fica jogada entre muitas. Será que isso abalou a fé de cristãos ao redor do mundo? Será que a mídia tem esse poder? Acredito que não. Pois no próprio filme, no final, a fé é resgatada, mesmo que de maneira mais humanizada e menos divina. Pois sabe-se que o espectador quer a esperança, quer o alento e a recompensa.

Ainda sobre este filme, e outros com temáticas e pretensões semelhantes: questionar a fé na instituição religiosa; o fato de sua mera existência demonstra algo a mais no espírito da nossa época. Como foi dito antes, o cinema (os filmes) quer ter audiência, pois seu fim é comercial; mas isso não impossibilita a expressão artística criativa. E o que se tem ao longo da história é que a arte sempre traz a vanguarda das transformações. Então, quem sabe a existência de uma arte com essa temática hoje represente uma maior laicidade no futuro. Talvez os fundamentalismos e proliferações religiosas de hoje sejam um último fôlego do obscurantismo e das superstições antes de uma renovada ascensão da razão e do ateísmo.

Não tenho esperança nisso!

Voltando a nossa pesquisa, 26% informou que é ou ateu ou sem religião, logo é bem menos que os 63% que escolheram filmes como mídia. Assim é possível inferir que a escolha dessa mídia não implique num maior esclarecimento a respeito de fé e religião. É claro que há que se notar o fato de que o percentual de respondentes ateus e sem religião (9% + 17%) é bem maior que o dado oficial, de 7%, segundo o IBGE. No mundo somos 11% de ateus, segundo a revista Mundo Estranho e o Wikipédia.

Isso demonstra a fragilidade de nossa amostra, de apenas 100 pessoas. No entanto, demonstra também que há uma categoria de análise bastante abrangente, mais até do que foi imaginado quando comecei esta pesquisa.

Levantamento da ONU (Organização das Nações Unidas) indica que países com alta taxa de alfabetização tendem a ser mais descrentes. Nesse caso ser alfabetizado deve ser compreendido como letrado ou instruído, diferente de analfabeto funcional, como é o caso no Brasil de muitas pessoas serem alfabetizadas, mas na verdade não são capazes de compreender um texto ou discurso mais complexo. Isso, evidentemente, está ligado à ignorância coletiva vista no capítulo anterior.

O país mais ateu do mundo é a Suécia, com 85% da população se declarando ateu ou sem religião. A Suécia tem uma taxa zero de analfabetismo e um dos IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mais altos do mundo. Alguém poderá vir rapidamente em socorro dos teístas e dizer que este mesmo país tem baixa taxa de natalidade e alto índice de suicídio, porém isso é senso comum, pois não se tem dados desse último. E do primeiro, como também do segundo, não há como relacionar com a falta de religião, apesar de muitos o fazerem. Pode-se inclusive apelar para a sociologia de Émile Durkheim na sua obra *O Suicídio* e em outra: *As Formas Elementares da Vida Religiosa*.

O que se pode afirmar com estes dados é que parece haver uma relação entre fé religiosa, esperança na vida e no futuro (o que talvez iniba o suicídio) e instrução.

Na minha pesquisa 56% responderam que trabalham e estudam, enquanto 4% afirmaram que só estudam. Outros 39% afirmaram ser apenas trabalhadores. Como dificilmente os e-mails de divulgação do questionário chegaram a pessoas que trabalham, mas que não estudaram, vou julgar que 99% da amostra pesquisada tem instrução pelo menos de nível médio. O que comparados aos padrões suecos de educação, deve ser nível fundamental... (Perdoem a falta de etnocentrismo de minha parte, mas essa afirmação é coerente com tudo que foi argumentado no capítulo dois sobre ignorância coletiva.)... Isso pode significar que as pessoas que responderam ao questionário, apesar de instruídas, se apegam a esperança em símbolos religiosos e/ou transcendentais.

Pode-se concluir isso porque 74% responderam que creem ou são adeptos de alguma religião, sendo a maioria cristã (54%) católica ou evangélica. Isso demonstra que o fator instrução no Brasil não é muito representativo para a construção de uma coletividade de descrentes, como relatado no dado da ONU.

Uma outra maneira de confirmar tal conclusão é que na pergunta sobre hábitos de leitura (um outro indicador de letramento ou instrução) as pessoas que marcaram leem por lazer somam 90% (23% marcaram “só leio por lazer” e 67% marcaram “leio por lazer e por obrigação”). Outros 7% afirmaram que só leem por obrigação, assim não foram contabilizados como letrados, pois um sinal de letramento é justamente o prazer da descoberta através da leitura. Se a pessoa só lê por obrigação, não deve haver descoberta no sentido intelectual.

Com isso, nota-se que a forma como é constituído o letramento no Brasil tende a não levar a uma busca crítica por questionamentos mais profundos sobre as certezas culturais (culturalmente aprendidas), gerando assim uma coletividade até certo ponto apática em se tratando dos dogmas religiosos. Ou será que esse questionamento se transpareceria de outro modo?

Ainda dentro do item hábitos de leitura, numa pergunta que permitia múltiplas marcações, 63% escolheu literatura como tema de leitura e 60% escolheu ciência, isto é, havendo sobreposição de escolhas. 25% escolheu religião como tema de leitura. Esses dados dão pista de uma amostra do universo que, pelo menos, entra em contato com uma forma variada de conhecimentos através da leitura. Já muito se falou como a leitura é um hábito de mídia mais crítico que a TV, rádio, cinema etc; pois de fato demanda do leitor (a audiência) maior concentração e imaginação.

Devido a conveniência da pesquisa ter sido originada da cidade em que estou (Salvador – Bahia – Brasil), os respondentes devem ser todos do mesmo local. Chamo atenção para esta informação pois, segundo a revista Mundo Estranho, Salvador é a capital do Brasil com maior número de pessoas que se declaram “sem religião”, num universo de 7% da população brasileira que se declara do mesmo jeito, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

É provável, então, que a grande maioria de respondentes do questionário são parte representativa desse contexto, revelando assim indivíduos cultos e capazes de pensar criticamente a respeito de religião. Os tipos de leitura predominante também revelam um pouco disso: literatura e ciência. E ainda lembrando que 9% se declararam ateus (2% a mais que o índice nacional) e 17% sem religião, que não significa exatamente a mesma coisa. Declarar-se ateu demonstra uma posição ativa em relação à crença religiosa, isto é, negando a mesma como fonte de verdade. Já o “não religioso” ou “sem religião” revela apenas uma atitude passiva diante da instituição religiosa: não se crê em religiões e não necessariamente se tem uma posição contrária à crença religiosa.

O que esse conjunto de suposições nos informa sobre a relação entre ateísmo e ignorância / instrução / hábitos de mídia?

Fica extremamente difícil argumentar em defesa do ateísmo partindo apenas da interpretação dos dados da pesquisa quantitativa. As relações de causa e efeito tiradas das respostas dos pesquisados são frágeis e muito mais que permitir a descoberta científica, tende a reforçar meus próprios preconceitos.

Admitido este fato, resta perguntar o que me garante com tanta certeza que o ateísmo é uma forma de pensar sobre a realidade humana e a transcendência da vida melhor que as religiões, a espiritualidade laica e os teísmos?

A resposta mais evidente é também a menos científica: a fé. Posso expressar a certeza no ateísmo como uma consequência de minha certeza de que deus não existe, que é apenas uma palavra ou conceito abstrato, que se refere ao transcendental e que é buscado pelas pessoas, pois estas simplesmente não conseguem lidar com os acasos da vida.

No entanto não há nenhum recurso epistemológico que comprove tal afirmação. Termina sendo uma confissão de fé ou crença, já não posso provar positivamente minha afirmação; posso apenas alegar que, como não há provas em contrário que falsifiquem minha proposição de que deus não existe, então ela deve ser verdadeira. Bem dentro do esquema popperiano visto no item um do livro.

Os argumentos em contrário a respeito da existência de deus também são confissões de fé, então também não servem de verificador de falseabilidade. O poder da crença como centro da formulação da verdade novamente nos assombra. 85% das pessoas pesquisadas afirmam não acreditar na mídia totalmente e 13% disseram não acreditar em nada dela. No entanto 15% disseram crer na mídia e em deus. Outros 60% se dizem descrentes da mídia, mas acreditam em deus. Não haveria contradições nessas posições?

Para as pessoas responderem devem estar no grau de certeza suficiente para não abandonar a pesquisa, então supõe-se que elas revelaram o que realmente acreditam ser suas crenças e hábitos. Tanto isso parece verdade que três pessoas admitiram “nunca ler”, que demanda um grau de confiança no que diz, já que ler é um requisito de vida social da nossa sociedade.

Como dizia, a questão da crença é o fundamento das afirmações mais diretoras dos comportamentos humanos. Nesse sentido, quem estaria mais próximo da verdade seria Pearce, pois o pragmatismo ao estilo pearceano atribui o valor de verdade à crença, pois esta constrói a ação dos indivíduos. Isso parece valer tanto para ações práticas quanto para ações intelectuais.

É, por exemplo, uma ação intelectual responder ao questionário digital e se pronunciar ateu, no caso 9% das pessoas questionadas. As outras opiniões carregam o mesmo valor de ação intelectual. E o que move a ação intelectual é o valor de verdade atribuído à crença. No Brasil todo, segundo o IBGE (2010), 7% da população se declarou “sem religião”. O que não quer dizer necessariamente ateu, mas vale como se fosse aos olhos dos teístas. O que isso quer dizer ao nível epistemológico, antropológico, sociológico e psicológico?

O novo modelo de crença que se vem construindo no mundo leva a isso? O caminho da ciência e da razão tendem a eliminar as crenças religiosas, teístas e espiritualistas?

O que faz com que 11% da população mundial se declare ateu? Será que nós realmente sabemos algum segredo que os outros (a grande maioria) não sabe? Que deus é um conceito similar ao Papai Noel ou o coelho da Páscoa? Que é uma invenção, uma ideia?

Podem nos rebater quanto as questões morais que a religião levanta. Porém a moral nada mais é que a expressão da ação humana diante das decisões. O que envolve crença e cultura. Assim as mobilizações de toda e qualquer natureza são provenientes e fundamentadas na fé. Pessoas se autoflagelam em nome de uma figura histórica sacralizada qualquer (Jesus, Buda, Maomé, Oxalá etc), enquanto outras fundam associações para debates laicos sobre a religião, na tentativa de se impor como tendo direito de ser ateu. A Ong Atea pratica o chamado ateísmo militante no Brasil. Tem mais de 7 mil sócios que contribuem com doações para garantir uma voz aos ateus. O que possivelmente pode mobilizar pessoas a pagarem para fazer parte de um movimento social dessa natureza, mesmo sabendo (ou por que sabendo) da hostilidade inerente contra os ateus no Brasil moderno?

Não há como responder de maneira epistemologicamente correta, senão pela confissão de fé. Acima de tudo, deve-se defender o ateísmo como opção de crença. Mais argumentos podem ser levantados, porém a lógica atingirá seus limites na resistência cultural das pessoas em aceitar um argumento, que apesar de válido logicamente, vai contra a crença do senso comum. E como muito já foi dito aqui: os limites da epistemologia em estabelecer a verdade está no mesmo nível dos limites da linguagem. Não há como construir um pensamento sobre a transcendência quando minha linguagem não é transcendente. Provavelmente por isso o apelo das religiões ser tão facilmente aceito pela maioria da população, porque é um pensamento pronto que explica a transcendência de forma concreta no formato de mitos e liturgias. Mas garantia da verdade epistemológica, realmente, não há.



Os objetivos desse texto foram inicialmente procurar na tradição filosófica e epistemológica um caminho de construção da verdade que fosse possível de ser compreendido e executado pelo mais simples (porém instruído) dos mortais. Isto é, se quis perguntar, de maneira às vezes pretensiosa e às vezes de maneira muito humilde, se é possível ter uma certeza na verdade produzida pela filosofia e pela ciência atuais.

Infelizmente não obtivemos uma resposta satisfatória e no máximo o que descobrimos é que produzir conhecimento não é necessariamente buscar a verdade, pois o ambiente acadêmico obriga o estudioso a publicar suas pesquisas e descobertas, porém não exige uma busca da verdade, já que os méritos da publicação estão em simplesmente serem publicados. É claro que, a própria comunidade formada pelos seus pares, pode desqualificar a pesquisa (aquela verdade), porém esse procedimento não está livre de corporativismos, disputa de interesses políticos e econômicos (p.ex. quem publica mais tem mais bolsas do governo etc.), e trocas de favores (você aprova meu artigo lá que eu aprovo o seu aqui; coloque meu nome no seu artigo que coloco o seu nome no meu); assim todos têm as “quantidades” de publicações tão valorizadas pelos órgãos oficiais de regulação da educação e da ciência... Regulação da ciência? Será possível?...

Mas enfim, concorda-se que é a comunidade que estabelece o que é aceito como verdade, isto é, o paradigma vigente, ao estilo de Kuhn. Concorda-se também que a verdade se dá pelo uso das formulações sobre um evento, ao estilo do pragmatismo. Concorda-se que só existe verdade na ciência e na filosofia se esta puder ser falseada, ao estilo de Popper. E afinal que é melhor ser cético e permanecer no questionamento que aceitar as verdades da cultura e do costume apenas por hábito, ao estilo do ceticismo (especialmente de Hume).

Seria então possível sair das verdades do hábito?

Como educador então, passamos ao objetivo de questionar o modo como o pensamento comum atual está impregnado com o que chamei de “ignorância coletiva”, que é um contraponto da “inteligência coletiva”, de Pierre Lévy, e que anda de mãos dadas com a “esperteza coletiva”.

Esses dois conceitos “novos” tentam dar conta da sensação de vazio que dá ao observar muitos dos estudantes universitários de hoje. Todos ou quase todos parecem dominar a tecnologia de ponta que permite o acesso à informação, mas, no entanto dificilmente conseguem produzir um pensamento criativo e inteligente por conta própria. São ótimos em criar novas maneiras de usar a tecnologia para burlar as regras, porém não sabem pensar por si próprios (autonomamente) para quase nada.

Essa hipótese é fruto da observação e convivência em vários ambientes escolares em mais de dez anos de docência, e pode ser uma hipótese incorreta (ao estilo Popper), porém não consegui argumentar nada em contrário durante o período da pesquisa.

Ao chegar a esse tipo de conclusão pouco otimista, imediatamente me veio o questionamento do porquê de tamanho vazio. O que terminou por gerar o objetivo da parte três: argumentar se há ou havia uma relação de causa entre ignorância coletiva, influência da mídia de massa e religião. Evidentemente partindo de uma premissa (ou pressuposto) que os ateus (nos quais me incluo), que são minoria na população brasileira e mundial, por alguma razão seriam mais “inteligentes”, na falta de uma palavra melhor, baseado isso apenas na experiência pessoal de ser ateu e pensar de uma maneira mais livre e livre de superstições (é claro, que de vivências com outros ateus, que também parecem mais esclarecidos).

No fim das contas o esforço epistemológico da parte um e a preocupação com a ignorância coletiva da parte dois parecem me tranquilizar quanto ao que posso realmente concluir e afirmar na parte três.

Ser ateu é melhor que ser teísta a respeito do seguinte aspecto: como não se atende facilmente a ilusões, superstições e relações transcendentais, então deverá ser um indivíduo mais cético, isto é, buscará a verdade com um empenho mais honesto que outros. Porém deve-se atentar para o seguinte: ser ateu não é tanto uma escolha, mas sim uma conclusão inevitável de um processo de crítica.

Além disso, ser ateu não garante superioridade intelectual, na verdade o movimento me parece mais o oposto: o indivíduo com habilidades intelectuais mais desenvolvidas tende ao ateísmo, mesmo quando não o admite. A pesquisa com questionários meio que deixa essa possibilidade em aberto, terminando por ser muito mais uma intuição a respeito.

Sei que tais conclusões deverão promover a discordância da maioria dos leitores, mas como se viu ao longo da argumentação, não há outra conclusão a que se chegar. E afinal, a parte três foi uma defesa ao ateísmo. Não deu para fugir das crenças, só se alguma outra prova tivesse surgido ao longo desta escrita. O que não aconteceu.

28\06\2013